



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002028-79.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Panamericano S/A**
 Requerido: **Sidnei Sergio de Souza e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BANCO PAN S.A. ajuizou ação de busca e apreensão em face de **SIDNEI SERGIO DE SOUZA**. Alegou ter celebrado com o requerido contrato de abertura de crédito, com cláusula de alienação fiduciária, em 25/11/2015 (fls. 10/13), no valor de R\$ 8.955,57, a ser pago em 48 prestações, sendo a primeira com vencimento em 27/12/2015 e a última em 27/11/2019. Informou que as prestações deixaram de ser adimplidas desde 27/03/2016. Houve notificação extrajudicial. Requereu a busca e apreensão do veículo.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 4/24.

Por decisão de fls. 29/30 foi deferida a liminar de busca e apreensão do bem, devidamente cumprida (fl. 92). Ao proceder à apreensão do bem, o Oficial de Justiça certificou que o mutuário faleceu, segundo informes de sua esposa.

Determinada a habilitação do espólio ou, na falta deste, dos herdeiros do requerido.

Citada (fl. 142) a herdeira do requerido na pessoa de sua genitora diante da menoridade, veio manifestação às fls. 144/145. Alegou que é filha e única herdeira do requerido, sendo que na ocasião de seu falecimento houve a abertura de processo para o arrolamento dos bens – feito nº 1005658-80.2016.8.26.0566, que tramitou perante a 1ª Vara da Família e Sucessões desta Comarca. Informou que a moto objeto do presente feito era financiada, sendo que o requerido pagou apenas 3 prestações e não honrou mais com o pagamento desde o seu falecimento. Requereu a apresentação dos documentos que comprovem a venda judicial do bem que liquidaria ou amortizaria o valor devido. Juntou documentos às fls. 146/156.

Em petição de fl. 161 a parte requerente informou que o veículo fora vendido em leilão, juntando a nota de venda nº 472234 (fl. 162).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de Ação de Busca e Apreensão que a financeira autora interpôs em face da inadimplência da parte ré em contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária.

A relação jurídica restou devidamente comprovada, bem como a transação mencionada na inicial, através do documento de fls. 10/13. Houve notificação extrajudicial com a devida constituição em mora.

Adveio notícia do falecimento do réu, tendo ocorrido a habilitação da herdeira que, citada, veio aos autos e confessou a dívida (fl.144).

Diante da confissão da dívida, a procedência é de rigor.

O presente feito é especial e, em querendo, a parte requerida deve buscar esclarecimentos sobre o contrato, ou mesmo fazer os pedidos que entender pertinentes pela via judicial própria.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC e **acolho o pedido inicial** e transformo em definitiva a medida liminar concedida, declarando consolidada a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva da autora, sobre o bem objeto da ação, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 911/69.

Eventual débito remanescente deverá ser apurado em ação autônoma.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 10% do valor atualizado da causa.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com o trânsito em julgado, archive-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 12 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**